



ESTADO DE SANTA CATARINA

Câmara de Vereadores de Itajaí



REQUERIMENTO Nº 254/2021

Senhor Presidente:

O Vereador que abaixo subscreve, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, requer o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, reiterando questionamentos/solicitações formulados no Requerimento nº 111/2021, os quais não foram respondidos ou foram respondidos parcialmente, sendo eles: 1 - Encaminhar as aprovações do Município, com relação as obras e serviços realizados pela concessionária. As obras e serviços realizados pela Concessionária, durante o período contratado, foram submetidos à aprovação do Município? (Cláusula 5ª, item 1, alíneas "a" e "b"). 2 - Quem é o responsável pela fiscalização do contrato e, portanto, do cumprimento de todas as determinações previstas no contrato? 2.1 O responsável pela fiscalização do contrato elabora relatórios de acompanhamento? Caso positivo, solicitamos o encaminhamento dos relatórios dos últimos 10 (dez) anos. 2.2. Sendo negativa a resposta do item anterior, quais métodos são utilizados pelo responsável para fiscalização e acompanhamento dos serviços executados pela Concessionária? 3 - Encaminhar resposta conclusiva se o Município já realizou auditagens e inspeções no Terminal Rodoviário? (Cláusula 5ª, item 1, alínea "e"), tendo em vista que o desconhecimento não impede de requerer as informações ao fiscal ou à Secretaria responsável pelo contrato. 4 - Informar se o Município vem realizando relatórios periódicos quanto aos serviços prestados pela Concessionária? (Cláusula 5ª, item 1, alínea "e"). 4.1 A resposta sendo positiva, solicitamos encaminhamento de tais relatórios. 4.2 Esses relatórios são realizados pelo responsável do contrato? 4.3 Caso a resposta seja negativa, quais os motivos que levam o Município a não elaborar relatórios periódicos? 5 - A Concessionária buscou outras oportunidades de deslocamento aos usuários/municípios? Se sim, quais foram? (Cláusula 5ª, item 1, alínea "j"). 6 - Houve a implantação de uma linha de ônibus ligando o Terminal Rodoviário ao Aeroporto de Navegantes? (Cláusula 5ª, item 1, alínea "k"). 6.1 Caso positivo, qual a rota desta linha e qual (is) empresas estão realizando? 6.2 Caso negativo: 6.2.1 Qual motivo para que não tenha sido realizado até o momento? 6.2.2. Existe previsão para que isso ocorra? 6.2.3 Estudos de viabilidade e custos já foram realizado? 7 - Essa Tarifa de Embarque está dentro limite máximo estabelecido pelo Deter/SC ou TR-MT? Qual o valor estabelecido como limite máximo por estas entidades? Encaminhar resposta objetiva, tendo em vista que encaminhada não respondeu ao questionamento formulado. 8 - Houve a implantação de sistemas de controle de saída da área de embarque? (Cláusula 5ª, item 1, alínea "o"). 8.1. Sendo positiva a resposta, qual o sistema adotado e como ele funciona? 8.2. Sendo negativa a resposta, por quais razões não houve implementação? 9 - Encaminhar resposta se o sistema de registro de ocorrências, reclamações e



ESTADO DE SANTA CATARINA

Câmara de Vereadores de Itajaí



sugestões são de fácil acesso aos usuários? (Cláusula 5ª, item 1, alínea “p”). 10 – Existe uma média de quantos registro de ocorrências, reclamações e sugestões foram feitas pelos usuários nos últimos 10 (dez) anos? 11 – Encaminhar resposta se houve implementação de sistema de transporte coletivo urbano alternativo? (Cláusula 5ª, item 1, alínea “t”). 12 – Encaminhar discriminadamente qual o valor aplicado pelo Município, até o presente momento, para o cumprimento de suas obrigações contratuais? (Cláusula 5ª, item 2, alíneas “e” e “f”). 13 – Encaminhar resposta conclusiva se já houve alguma aplicação de multa ou penalidade à Concessionária, em razão de descumprimento contratual? Sendo positiva a resposta, quais motivos e quais as penalidades adotadas? (Cláusula 5ª, item 2, alínea “g”). 14 – Em quantas oportunidades houve revisão e reajustes das tarifas, visando o equilíbrio econômico-financeiro? (Cláusula 5ª, item 2, alínea “h”). 14.1 Quanto representou, em termos percentuais, tais revisões e reajustes? 14.2. Em valores, qual foi a diferença havida? 14.3 Com tais alterações e revisões, o município realizou suplementação desses valores ou essa diferença foi repassada aos passageiros? Favor encaminhar resposta conclusiva. 15 – Quais os motivos que o Fundo Específico, previsto na Cláusula 5ª, item 2, alínea “q”, não foi criado, mesmo com previsão contratual. 16 – Atualmente, o acesso do Transporte Coletivo ao Terminal Rodoviário está fechado. Quais os motivos que levaram a esse fechamento? 16.1 Essa decisão foi tomada juntamente com o Município? 16.2 Caso a resposta ao item anterior seja negativo, o Município está adotando medidas para reverter essa situação? Favor encaminhar resposta conclusiva. 17. Os direitos das pessoas com deficiência estão sendo respeitados, conforme estabelecido pela Lei Brasileira de Inclusão, pela Concessionária? 17.1 Quais as ações do Município para garantir isso? Encaminhar resposta conclusiva. 18 – Os direitos inerentes ao consumidor estão sendo garantidos pela Concessionária? 18.1 Quais as ações do Município para garantir isso? Favor encaminhar resposta conclusiva. 19 – Tendo em vista a obrigatoriedade de prestação de contas da Concessionária ao Município, favor encaminhar as prestações de contas dos últimos 10 (dez) anos, juntamente com o relatório informativo de andamento dos outros serviços públicos que integram a concessão. (Cláusula 12ª, itens “1” e “2”). Encaminhar todas as documentações, tendo em vista que as encaminhadas dizem respeito, apenas, a um extrato de conta que não possui qualquer movimentação desde o ano de 2012. 20 – Foi adotado sistema de contagem de tráfego pela Concessionária? (Cláusula 13ª). 20.1 Se sim, como funciona esse sistema? 20.2 Qual os dados obtidos nos últimos 10 (dez) anos? Favor encaminhar esses dados. 20.3 Caso não tenha sido adotado o sistema de contagem de tráfego, favor informar os motivos. Favor encaminhar resposta quanto as medidas que serão adotadas pelo Município em relação ao descumprimento contratual existente no presente item, tendo em vista a inexistência de contagem de tráfego. 21 – Qual o valor obtido anualmente, pelo Terminal Rodoviário, no estacionamento adotado? 22 – Esse valor fica com a Concessionária ou é utilizado para melhorias do Terminal? Encaminhar resposta conclusiva.

JUSTIFICATIVA:

Tal requerimento justifica-se em razão de requerimento 111/2021 protocolado e parcialmente respondido, havendo



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí



diversos questionamentos sem resposta conclusiva.

Todavia, como dito acima, em vários questionamentos as respostas foram parciais ou até mesmo inexistentes e em outros não houve o encaminhamentos dos documentos solicitados. Levando em consideração que, nos termos do Art. 5º, da Lei nº 12.527/2011, “é dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão”, compete-nos aqui pleitear maiores esclarecimentos.

Diante das respostas incompletas do requerimento acima citado, novo requerimento se faz necessário a fim de que todos os questionamentos sejam devidamente sanados.

SALA DAS SESSÕES, EM 11 DE NOVEMBRO DE 2021

MARCELO WERNER
VEREADOR - PSC